

Artigo

Elementos para pensar o *Buen Vivir* amazônico: Um estudo de caso em Mocapajuba no nordeste paraense

Fernando Junio da Costa Santos

173

Resumo

Este artigo buscou identificar elementos que ajudam a pensar novas alternativas para que a humanidade possa bem viver na sua relação dialógica com o ambiente. Trata-se de uma abordagem na qual a teoria do Bem Viver (*Buen Vivir*) andino assume conotações empíricas na Amazônia ao se apresentarem os resultados parciais de uma pesquisa de doutoramento, em andamento, realizada na Resex-Mar Mocapajuba, nordeste paraense. Metodologicamente foram utilizados recortes das falas dos entrevistados em trabalho de campo realizado por três dias, em abril de 2022. Em seguida, no processo de compilação das interlocuções, apresentadas em quadro síntese, interpretou-se que as comunidades locais em São Caetano de Odivelas, ao longo de sua geograficidade, ao imprimir historicamente seus direitos de uso no e pelo território, carregam consigo saberes ancestrais de resolução de problemáticas oriundas de suas vivências e que lutam pela sustentabilidade dos seus recursos ambientais. Nesse sentido, reforça-se, a atual necessidade, em meio à fragilidade do modo de produção vigente em atender a um desenvolvimento alinhado a modos de vida que não sejam regidos meramente pela acumulação de capital. Com discussões que estão alinhadas às construções da Geografia Ambiental, intenta-se aproximar o conceito de territorialidade e de governança, destacando-se o objetivo maior de todo e qualquer gerenciamento do território: o desenvolvimento.

Palavras-chave: Territorialidade; Governança; *Buen Vivir*; Reserva Extrativista.

Towards a comprehensive analysis of the amazon good living: A case study in Mocapajuba, northeastern Pará

Abstract

This article seeks to identify new alternatives to allow humanity to live well in its dialogic relationship with the environment. This is an approach in which the Andean Good Living theory assumes empirical connotations in the Amazon. It presents partial results from a doctoral research conducted in the Resex-Mar Mocapajuba, northeastern Pará. It used part of the interviewees' speeches from a three-day fieldwork conducted in April 2022. Subsequently, in the compilation process of discussions, it presents a summary table, in which is interpreted that São Caetano de Odivelas local communities, throughout their geographicity and by historically imprinting their rights of use in and through the territory, carried with them ancestral knowledge of problem-solving originating from their experiences and fights for sustainability of their environmental resources. Thus, amid the fragility of present production's mode, it is reinforced the need to face a development aligned with ways of life that are not governed merely by capitalist accumulation. By doing so, we attempt to approximate the concept of territoriality and governance, aligned with the constructions of Environmental Geography, and at the same time highlighting the main objective of all and any land management: development.

Keywords: Territoriality; Governance; Good Living; Extractive Reserve.

Elementos para pensar el Buen Vivir amazónico: Un estudio de caso en Mocapajuba en el noreste paraense

Resumen

Este artículo busca identificar elementos que ayuden a pensar nuevas alternativas para que la humanidad pueda vivir bien en su relación dialógica con el medio ambiente. Se trata de un abordaje en el cual la teoría del Buen Vivir andino asume connotaciones empíricas en la Amazonía al presentarse los resultados parciales de una investigación doctoral en curso, realizada en la Resex-Mar Mocapajuba en el noreste paraense. Metodológicamente, se utilizaron recortes de las declaraciones de los entrevistados durante el trabajo de campo realizado a lo largo de tres días en abril de 2022. Posteriormente, en el proceso de compilación de las interlocuciones, sistematizadas en una tabla, se interpretó que las comunidades locales de São Caetano de Odivelas, a lo largo de su geograficidad y al estampar históricamente sus derechos de uso en y a través del territorio, llevan consigo conocimientos ancestrales de solución de problemas surgidos de sus experiencias y luchas por la sustentabilidad de sus recursos ambientales. De esta forma, en medio de la fragilidad del presente modo de producción, se refuerza la necesidad actual de responder a un desarrollo alineado con modos de vida que no se rijan meramente por la acumulación del capital. Con discusiones, que se alinean con las construcciones de la Geografía Ambiental, se trata de aproximar el concepto de territorialidad y gobernanza, poniendo de relieve el principal objetivo de toda y cualquier gestión territorial: el desarrollo.

Palabras clave: Territorialidad; Gobernanza; Buen Vivir; Reserva Extractivista.

Introdução

Há uma discussão científica, com destaque amplo e inovador, em especial observada nas primeiras décadas do século XXI, que acusa o economicismo mercadológico de ser o grande protagonista do desequilíbrio ecossistêmico no planeta (ACOSTA, 2016; LEFF, 2003; 2016; MENDONÇA, 2001; SANTOS; SIMONIAN, 2017). Nessa perspectiva, compreende-se que desenvolvimento não é sinônimo de crescimento meramente econômico, mas aproxima-se do que seja prosperidade, fluxo imaterial de bem-estar ou até felicidade, que se configura a partir da reprodução das práticas do “Buen Vivir”¹ (ACOSTA; BRAND, 2018; ALCANTARA; SAMPAIO, 2017; CAVALCANTI, 2013; JACKSON, 2009). Assim, nas práxis que visam a resolução das problemáticas ambientais atuais suscitam-se revisões e readequações fundamentais, sobretudo, quanto aos processos de tomadas de decisões individuais e coletivas, para que o desenvolvimento forjado de “baixo para cima” seja alcançado.

175

Nesse sentido, o contexto atual de produção do território, e das territorialidades, aponta para um cenário tenso e complexo no que se refere ao controle e permanência de um desenvolvimento socioambiental forte e duradouro dado como resultante da relação entre sociedade e natureza (LEFF, 2003; SOUZA, 2019a). Desse modo, percebe-se que grande parte das problemáticas oriundas da pressão de uso que se faz sobre os recursos naturais não assumem um gerenciamento eficiente que garanta qualidade de vida, pelo menos, à maioria da população, em especial nos territórios nos quais habitam comunidades que privilegiam sua historicidade e geograficidade como balizadores das tomadas de decisões em prol da sustentabilidade (DIEGUES, 1994; SILVA PIMENTEL; RIBEIRO, 2016; SANTOS; SIMONIAN, 2017). Logo, urgem estratégias de governança engajadas na resolução ou na atenuação das divergências sociais e ambientais

¹Princípio indígena andino do *sumac kawsay* que significa “bem viver” (ACOSTA, 2016; ACOSTA; BRAND, 2018; FUSCALDO; URQUIDI, 2015; GUDYNAS, 2011).

observadas principalmente nas chamadas Reservas Extrativistas Marinhas (RESEX-Mar), foco deste estudo.

Estruturando-se em tal compreensão, trata-se da territorialidade, enquanto expressão ou externalização de um dado poder, o qual está alicerçado na convergência de múltiplos fatores, fundamentalmente, nos de ordem política, econômica, cultural e ambiental (HAESBAERT, 2013; 2014; SACK, 1989), e a governança como práticas e articulações estratégicas internas e externas para melhor gerir um espaço (CÂMARA, 2011; PINHEIRO, 2019; RIBEIRO, 2015). Tais conceituações são basilares para a composição das análises pertinentes ao entendimento das realidades vivenciadas na RESEX-Marinha Mocapajuba, no Pará (PA), partindo-se de uma abordagem fundante nas leituras sobre Geografia Ambiental, dadas por autores como Mendonça (2001), Porto-Gonçalves (2006), Souza (2019a; 2019b) e Suertegaray (2021). Assim, apresentam-se, ao final, resultados preliminares relacionados a uma parte da pesquisa de doutoramento, em andamento, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, pela Universidade Federal do Pará (UFPA), na linha de pesquisa sobre dinâmicas socioambientais e recursos naturais na Amazônia.

Os objetivos deste artigo versam sobre, em termos gerais, apurar a efetividade com que se garante, ou não, o desenvolvimento socioambiental mediante a aplicação das estratégias de governança da RESEX-Mar em questão. Em termos específicos, as particularidades da RESEX-Mar Mocapajuba serão evidenciadas e esclarecidas a fim de compor parâmetros de execução de políticas públicas e, como exposto em Araújo (2015), Santos e Simonian (2017), Silva Pimentel e Ribeiro (2016), Yunitawatia e Clifton (2019), sabendo-se que nas Unidades de Conservação (UC) brasileiras e estrangeiras há evidências de problemas fulcrais relacionados à gestão destes territórios, e de modo mais intrínseco, à governança ambiental, busca-se analisar as implicações socioespaciais, em suas dimensões política, econômica, cultural e ambiental, evidenciadas a partir da existência de expressões de territorialidades múltiplas nesta RESEX-Mar e como que as comunidades locais estão inseridas em ações efetivas de governança ambiental.

1. Territorialidade(s) e governança(s) na questão ambiental

Ao conceber teoricamente que a territorialidade é a expressão de poder que eclode das conjecturas políticas, econômicas, culturais e ambientais de cada indivíduo ou coletividade, materializando-se (ou não) no espaço geográfico, faz-se pertinente esclarecer que esta é qualidade intrínseca ao território. Nesse sentido, em uma das considerações feitas por Haesbaert (2013) há uma diferenciação teórica entre território e territorialidade. Territorialidade ganha, portanto, horizontes mais amplos que território, mas sempre renunciando cautela quanto a sua condição genérica para a existência de um território, tenha ele existência efetiva ou não, ou se está vinculado à dimensão simbólica ou vivida do território.

É clara, para o autor supracitado, a qual concepção este poder está vinculado. Trata-se basicamente de uma definição relacional assentada nas considerações de Foucault que vê em toda relação social uma relação de poder, sendo o poder não apenas mediador, mas constituinte, indissociável, que abre margem para uma abordagem das dimensões simbólicas, de qualquer relação social. Nessa perspectiva, afirma-se que tal concepção de poder é antiestruturalista porque somente é possível compreender o poder na indissociabilidade entre suas dimensões mais estritamente políticas, econômicas e simbólicas. Enfatizam-se, portanto, dimensões e não estruturas. Ele afirma ainda que, em se tratando de um conceito polissêmico, uma definição fechada e não dialógica com o que a própria epistemologia deste conceito já trouxera seria algo eminentemente descontextualizado do real.

Para Souza (2006, p. 78) o território é “[...] espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder [...]”, funcionando como instrumento de exercício do poder de um grupo, uma vez que o poder é uma propriedade coletiva. Por isso, os territórios que são primordialmente relações sociais projetadas no espaço, e mais que espaços concretos, podem formar-se e dissolver-se em tempos curtos, originando o que o autor chama de territorialidades flexíveis ou móveis.

Desse modo, um território é coisa bem diferente de um espaço fechado, protegido por uma fronteira, com limites físicos ou políticos. No fundo, ele é muito mais um “núcleo” do que uma muralha e um tipo de relação afetiva e cultural com uma terra, antes de ser um reflexo de apropriação ou de exclusão do estrangeiro. Em Haesbaert (2014), além da acepção genérica ou sentido lato, a territorialidade é vista como a qualidade simples de ser território e, muitas vezes, é concebida em um sentido estrito como a sua dimensão simbólica.

Assim, a diversidade de agentes e práticas sociais presentes no espaço pode gerar a alternância e/ou sobreposição de diversas territorialidades, fazendo do território um campo de forças onde se interpolam interesses comuns, divergentes e conflitantes. Essa dinâmica determina modos diversos de uso e apropriação do território, o que envolve grupos sociais múltiplos e, na interpretação de Canto *et al.* (2018), funciona como uma construção relacional moldada pelos conflitos que lhes dão vida e capacidade de mudança. Em outros termos, em se tratando de território ou de territorialidade, não há como desviar-se de uma análise sobre conflitos.

É o que Silva Pimentel e Ribeiro (2016) reforçam em seu artigo sobre populações tradicionais e conflitos em áreas protegidas. Para estes autores a sociedade moderna separa a humanidade da natureza e potencializa as relações comerciais tendo o próprio território, e suas relações, como mercadoria. No entanto, salientam que para as populações tradicionais a percepção do território se faz numa perspectiva integrada que considera as dimensões social, política, econômica e cultural, nas quais as identidades e valores simbólicos e afetivos constituem seus territórios e territorialidades.

Ao articular as perspectivas de territorialidade e de governança, Ribeiro (2015) organiza em sua tese uma tipologia conceitual que abarca este conceito em quatro categorias e suas respectivas qualidades ou enfoques: governança pública, governança corporativa, governança comunitária e governança em parceria. O autor considera que este conceito se refere a atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas. Não dependem,

necessariamente, do poder de polícia para que sejam aceitas e vençam resistências. Abrange, portanto, as instituições governamentais, bem como mecanismos informais, de caráter não governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam as suas demandas

De acordo com Câmara (2011) o conceito de governança é amplo:

A maneira pela qual o poder é exercido para o controle do uso de recursos econômicos, sociais e naturais; a instituição de leis e regras que definem como o poder é exercido numa sociedade, fortalecendo a democracia e a participação da sociedade no processo decisório, envolvendo transparência e capacidade institucional; arranjos formais e informais na relação Estado/sociedade; formulação e implementação de políticas públicas, direitos e deveres civis; e Administração Pública (CÂMARA, 2011. p. 67).

Ao mesmo tempo, a dialogar com Jacobi, Gunther e Giatti (2012), a noção de governança é apoiada no conceito de poder social que media as relações entre Estado e sociedade civil, como espaço de construção de alianças e cooperação permeado por conflitos que decorrem do impacto das assimetrias sociais e seus reflexos no meio ambiente e das formas de resistência, organização e participação dos diversos atores envolvidos. Nesse horizonte, atualmente o governo está envolto no processo de política pública com atores diversos, como empresas de mercado, associações e organizações sem fins lucrativos e cidadãos em geral. E num cenário complexo de desenvolvimento é mister compreender que a governança pode ser construída dentro de uma nova racionalidade, a ambiental, em que a sustentabilidade é ampla e abarca a relação sociedade e natureza, mas que permite pensar o princípio da identidade, a diversidade e a pluralidade do outro (VITTE, 2009). Assim, em consonância com Castro, Hogenboom e Baud (2011), a governança ambiental tem como objetivo integrar a diversidade de sistemas de gestão, incluindo grupos sociais e sistemas ecológicos.

A dimensão ambiental da governança ganha maior robustez teórica e empírica especialmente a partir da década de 1990 quando da realização da ECO-92, na cidade do

Rio de Janeiro, e a publicação de seu principal documento conhecido como Agenda 21, no qual o capítulo 8 (oito) versa sobre “Integração entre Meio Ambiente e Desenvolvimento na Tomada de Decisões”. Assim, ao longo do tempo, vários autores expandem a literatura tanto no que diz respeito ao conceito em si quanto à avaliação sistemática dos mecanismos de gestão e de governança existentes (ICMBIO, 2021; PINHEIRO, 2019; CÂMARA, 2011). E, nesse ínterim, a governança ambiental compreende um amplo conjunto de objetivos e abordagens para a tomada e implementação de decisões relacionadas com o meio ambiente. Na práxis, é o sistema e os processos pelos quais os insumos ambientais – como alocações de orçamentos e números de fiscais – são traduzidos em resultados ambientais, tais como ar e água limpos. Isso inclui mecanismos que asseguram o cumprimento e a aplicação de leis ambientais, bem como práticas destinadas a melhorar resultados ambientais específicos.

Portanto, tem-se nas análises das territorialidades envolvidas num processo de governança em UC a possibilidade de melhor compreensão da realidade vivida e potencializa uma melhor tomada de decisão que respeite ou garanta os interesses da população tradicional local que prioriza a manutenção e perpetuação dos recursos necessários à sobrevivência da própria natureza e da espécie humana.

2. A questão do desenvolvimento e do *Buen Vivir*

Uma das centralidades metodológicas neste artigo é a de aproximar os referenciais de desenvolvimento de um território a constructos oriundos do *Buen Vivir*. Sabe-se que o *Buen Vivir* é representação de uma cosmovisão construída há séculos pelos povos andinos (ACOSTA, 2016; ACOSTA; BRAND, 2018; ALCANTARA; SAMPAIO, 2017; GUDYNAS, 2011) e que o desafio inerente a esta pesquisa é justamente apontar elementos da territorialidade amazônica os quais assemelham-se a esta visão de mundo

enquanto crítica e movimento perante a nocividade das ações hegemônicas do grande capital.

Busca-se diligentemente originar um novo caminho para se alcançar o desenvolvimento num movimento revolucionário de “baixo para cima”. E com base nas premissas da filosofia andina do *Buen Vivir*, deseja-se detectar no caso amazônico as reais possibilidades de se inverter a lógica de desenvolvimento *top-down* imposta pelo sistema capitalista.

Pelo que consta nas elucubrações de Acosta (2016), para construir o Bem Viver, a educação intercultural, por exemplo, deve ser aplicada a todo o sistema educativo; há que se construir uma institucionalidade que materialize o exercício horizontal do poder, num mundo recriado a partir do âmbito comunitário pensando-se na garantia dos Direitos Humanos (políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos indivíduos, das famílias e dos povos) e dos Direitos da Natureza. Desse modo, vislumbrar uma nova racionalidade que desatrele o economicismo dos processos de desenvolvimento em âmbitos amazônicos não é devaneio ou mera utopia.

Por esse viés, lembra-se que a própria palavra “desenvolvimento”, isoladamente, recorre de modo súbito a uma assimilação cognitiva de outro termo: “crescimento”. Isso não somente em dicionários da língua portuguesa, mas direta ou indiretamente em produções científicas, como as de Buarque (2002), Porto-Gonçalves (2001), Putnam (1996) e Sachs (1993). Nesse contexto, é importante compreender os usos, ou práticas, relacionadas ao desenvolvimento, o qual também já pressupõe um movimento de mudança.

Pode-se antecipar que essa mudança é de ordem social e, como será visto, ambiental.

Em termos muito singelos e puramente introdutórios, pode-se dizer que se está diante de um autêntico processo de desenvolvimento sócio-espacial quando se constata uma melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social. A mudança social positiva, no caso, precisa

contemplar não apenas as relações sociais, mas, igualmente, a espacialidade (SOUZA, 2002. p. 61).

O problema é que a questão do imediatismo no retorno do investimento de capital em uma determinada atividade produtiva põe em xeque a relação da sociedade com o ambiente. E isto se dá porque o desenvolvimento depende do equilíbrio ambiental ou de uma relação menos nociva aos recursos naturais dali provenientes. Aliás, a dialogar com Sachs (1993), a sustentabilidade, enquanto recorte teórico do desenvolvimento, não se estrutura somente na dimensão econômica. Sem embargo, engloba outras dimensões e possibilita progressos sociais, ecológicos, espaciais e culturais.

Como visto, o desenvolvimento, por ter premissas essencialmente econômicas, acompanha nas sociedades ocidentais a disseminação vertiginosa do modo capitalista de produção muito intensificado a partir da Revolução Industrial na Europa. Entretanto, pelas construções analíticas de Polanyi (1980, p. 51), constata-se que anterior à época vigente “[...] nenhuma economia existiu à base das ditas leis do mercado [...]” e que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Para o autor, o ser humano, em sua transcendência histórica e percurso geográfico, não age economicamente com interesse individualista e material para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais ou seu patrimônio social.

Segundo Buarque (2002) o desenvolvimento (local) é um processo endógeno de mudança que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Com efeito, é possível interpretar que o maior ou menor grau de desenvolvimento de uma comunidade depende diretamente do seu modo de vida, de origem eminentemente simbólica que antecipa sua ação, e de sua base material, no que se refere à disponibilidade de recursos. Dito de outra maneira, é reflexo do próprio modo de produção que se adota e do incremento técnico que a comunidade cria ou assimila de suas relações com a outridade (LEFF, 2003). Assim, a dialogar com Gudynas (2011), compõe-se que o *Buen Vivir* funciona como uma plataforma que congrega a felicidade enquanto objetivo a ser alcançado pelos

mais diversos vieses das relações que se dão no território, mas que estão fundamentalmente arraigados em bases éticas, culturais e ontológicas que destacam valores intrínsecos ao humano e ao não humano e, por isso, possibilita obter-se o desenvolvimento como resultado de um processo decisório democrático e horizontal que garanta a sustentabilidade dos recursos ambientais e não ambientais necessários à (re)produção do território.

3. Os elementos do *Buen Vivir* amazônico em Mocapajuba

Para dar conta do proposto neste artigo houve coleta de dados e contatos iniciais com representantes do ICMBIO, da Associação dos Usuários da RESEX-Mar Mocapajuba e da ONG Rare Brasil, durante a execução do workshop intitulado “Caminhos para efetividade das Resex Marinhas do Litoral do Pará”², realizado em 09 de março de 2022, na Universidade Federal do Pará. Neste workshop foi possível obter uma visão ampla dos mecanismos de gestão aplicadas nas RESEX que possuem, em grande parte de seu território, o bioma manguezal e os recursos pesqueiros oriundos do contato com o mar. Assim, a partir do desenvolvimento de uma metodologia na qual os participantes utilizavam tarjetas com cores diferenciadas e as plotavam em uma matriz de planejamento para denotar a situação das UC naquele momento, pôde-se constatar que no caso da RESEX-Mar Mocapajuba há desafios e possibilidades que se lançam na organização e (re)produção de seu território e de territorialidades, que serão destacados adiante.

Outro caminho metodológico que se tomou foi o de uma pesquisa de campo, balizada por observações participantes (MALINOWSKI, 1978), realizada nos dias 21, 22 e 23 de abril de 2022 na RESEX-Mar Mocapajuba, na qual foi possível dialogar com 04

² Promovido pela Rare Brasil, GEPPAM, UFPA, ICMBIO e representantes das 12 Associações ligadas às Resex Marinhas do Estado do Pará, entre elas, a AUREMOCA (Associação dos Usuários da Reserva Mocapajuba).

(quatro) pessoas que compõem o Conselho Deliberativo (CONDEL) da UC, entre titulares e suplentes, em especial o presidente da Associação de Usuários da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba (AUREMOCA) - que intermediou outros contatos locais para enriquecimento empírico da pesquisa -, 02 (duas) lideranças do poder público municipal, 03 (três) residentes na área da reserva e outros 03 (três) residentes na área do entorno da reserva (sede municipal). Todos os entrevistados se encaixam na faixa etária acima dos 30 anos e com escolaridade mínima sendo o Ensino Fundamental completo. Para além disso, cabe ressaltar que o autor deste artigo já atuou como profissional da educação no município de São Caetano de Odivelas, entre os anos de 2013 e 2017, o que favoreceu um bom conhecimento do ambiente estudado e o contato com os interlocutores, tudo em conformidade com o que tratam os compromissos éticos na pesquisa.

As entrevistas semiestruturadas (GIL, 1999) tinham o formato de diálogo aberto e buscavam identificar e compreender como e quais os elementos de territorialidade e de governança estão articulados e até que ponto favorecem o alcance do que se entende por desenvolvimento, segundo as premissas do *Buen Vivir*. Nesse contexto, o marco temporal da pesquisa foi estabelecido entre 2014 (ano de fundação da UC) e 2022.

Destarte, perguntas-chaves foram essenciais, tais como:

- Quais as melhorias no ambiente são observadas após a oficialização da RESEX-Mar Mocapajuba desde 2014?
- Quais ações têm sido realizadas aqui na RESEX-Mar para a garantia da manutenção dos recursos de mangue e de pesca?
- Como se dá a interação entre ICMBIO e moradores locais? Quem dá o primeiro passo no sentido desse diálogo?
- Como se dá interação com outras instituições, sejam elas do próprio poder público local, estadual e federal (como as universidades) ou via ONGs?
- Todo esse movimento de conservação dos recursos naturais favorece o desenvolvimento local?

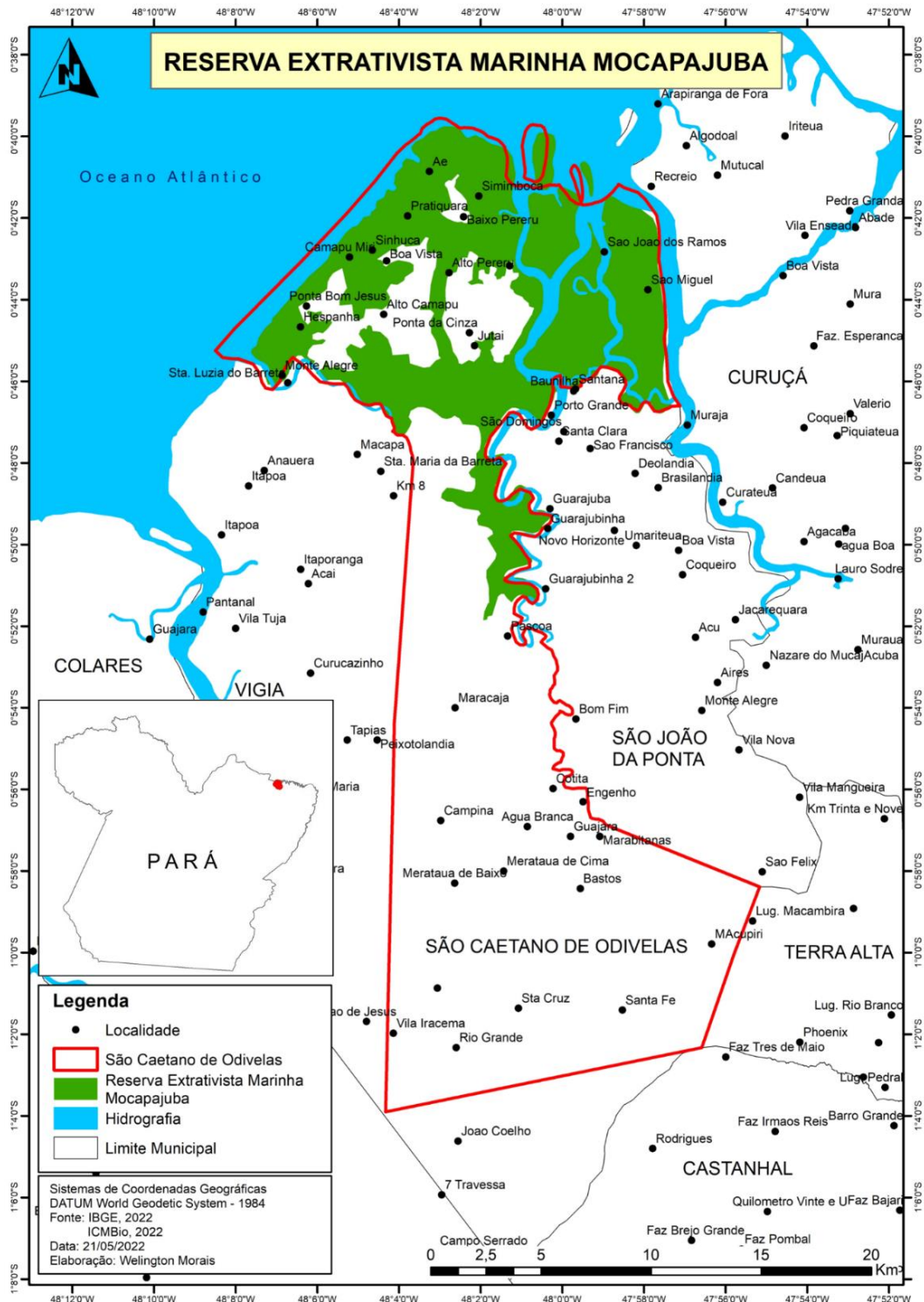
A partir de então, o diálogo se estendia por no mínimo 30 minutos, incorporando-se o exercício do olhar e do ouvir atentos, como propõe Oliveira (2000), pois, são atos por meio dos quais busca-se interpretar a sociedade e a cultura do outro em sua verdadeira interioridade, uma vez que o conhecer depende e, portanto, revela-se no mundo cultural dos sujeitos (TRIVINÓS, 1992). Logo, esse contato dialógico e essa liberdade dada para proferir até os próprios sentimentos dos interlocutores fortaleceram a base empírica da pesquisa.

No processo de compilação dos dados, destacaram-se as argumentações ou frases com maior frequência na composição das falas dos interlocutores (acima de 50% no contexto das argumentações) e segmentou-se o público-alvo em Membros do CONDEL (total de quatro pessoas) e Público Geral (total de oito pessoas, incluindo os ligados à Prefeitura local por alegarem que, embora tenham cadeira na composição do CONDEL, não participaram de reuniões ainda). Em seguida, montou-se um quadro síntese com os principais elementos de construção da argumentação dos entrevistados como resposta às perguntas chaves já elencadas. Tal Quadro permite, em sua análise, interpretar o grau de efetividade das ações que se desenrolam na UC com vistas ao pleno desenvolvimento do território, assemelhando-se aos pressupostos do *Buen Vivir*.

A RESEX-Mar Mocapajuba localiza-se no município de São Caetano de Odivelas, zona costeira do nordeste paraense (**Mapa 1**), criada pelo Decreto Federal, s/n, de 10/10/2014, sob a responsabilidade administrativa central do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) ligado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Limita-se ao norte com o oceano atlântico; a Leste com o município de Curuçá; a oeste com o município de Vigia; e ao sul com o município de São João da Ponta. Possui uma área de aproximadamente 21.029 hectares. O município é composto por 41 comunidades, além da sede municipal, com população estimada em 2021 de 18.207 pessoas (IBGE, 2021) e tem 46.416,6 hectares de área. Do ponto de vista territorial há 45,3% de área voltada para a gestão da Reserva. A base de vida gira em torno da pesca e da coleta, principalmente, de caranguejo (*Ucides cordatus*), embora sua economia esteja também

alicerçada em outras produções tais como: pesca tradicional, coleta, agricultura e extrativismo e vínculos beneficiários como repasses financeiros via programas de assistência federal.

Mapa 1 – Localização da área de estudo.



Fonte: IBGE (2022); ICMBIO (2022). Elaboração: Santos e Morais (2022).

Das 41 comunidades que fazem parte do município de São Caetano de Odivelas, aproximadamente 23 compõem a RESEX-Mar Mocapajuba e estas são agrupadas em polos, pelos quais elegem-se representantes das cadeiras no Conselho Deliberativo desta UC.³

Ao observar o Mapa 1 é possível detectar que pelo menos 54% das comunidades estão inseridas no território da RESEX-Mar. Somado aos 45,3% do território municipal voltados a área da UC, tem-se um impacto significativo na questão da gestão, e da própria governança, que se faz no território odivelense, tanto por parte de quem está à frente da UC, como no caso o ICMBIO e a Associação de Usuários da RESEX-Mar Mocapajuba (AUREMOCA), quanto da Prefeitura Municipal. Em campo, e nos diálogos com os interlocutores notou-se que, embora a RESEX-Mar exista legalmente desde 2014, 66,66% ou 8 (oito) indivíduos, do total de entrevistados alegaram até saber ou ouvir falar da Reserva, mas que ainda não enxergam ações práticas que esclareçam seu funcionamento.

Por outro lado, ao analisar os dados contidos no Painel de Gestão do Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão (SAMGE), plataforma do ICMBIO, que visa aferir a efetividade da gestão de UC a partir da análise das inter-relações dos Recursos e Valores (RV), dos Usos e das Ações de Manejo realizadas pelo órgão gestor, conjugando a análise de 06 (seis) indicadores que compõem a ferramenta (Resultados, Produtos e Serviços, Contexto, Planejamento, Insumos e Processos), conforme o **Quadro 1**, a RESEX-Mar em questão apresenta 43,14% de efetividade de gestão em 2021, caracterizando um nível de enquadramento da nota índice moderado, porém, muito próximo do nível reduzido de efetividade (que vai de 20% a 39,9%), segundo os critérios de avaliação propostos por este Sistema⁴.

³ Aprovado em 2020 sob a Portaria nº 881, de 20 de agosto de 2020, do ICMBIO.

⁴ O SAMGE utiliza-se de cinco níveis de enquadramento da nota índice, sendo eles: **Altamente Efetiva** (acima de 80%), quando a política pública estiver sendo cumprida, com a execução de ações de gestão e manejo superando as expectativas da sociedade; **Efetiva** (de 60% a 79,9%), quando são atingidos os objetivos de criação da UC; **Moderada Efetividade** (de 40% a 59,9%), quando os objetivos de criação da UC se encontrarem em patamares mínimos para a sua conservação; **Reduzida Efetividade** (de 20% a 39,9%), quando a unidade de conservação encontrar-se em

Quadro 1 – Análise dos indicadores presentes no SAMGE para a RESEX-Mar Mocapajuba em 2021.

Indicador	Descrição	Valor
Resultados	Indicador aferido a partir da análise dos usos incentivados e seus impactos e da avaliação da situação dos Recursos e Valores identificados na UC	45,14%
Produtos e Serviços	Indicador resultante da análise dos impactos decorrentes dos usos permitidos que ocorrem na UC	62,08%
Contexto	Análise dos usos que são incompatíveis com o que se espera de determinada categoria e seus impactos decorrentes	51,39%
Planejamento	Indicador aferido por meio da análise da alocação das ações de manejo relacionados aos desafios territoriais de gestão prioritários	17,60%
Insumos	Indicador que avalia de perdão indicador obtido a partir da análise da disponibilidade dos recursos necessários financeiro humano técnico e equipamentos para a realização das ações de manejo	54,28%
Processos	Indicador que avalia a governabilidade ou alinhamento institucional o esforço na gestam e a consolidação dos processos prioritários dentro de uma UC	40,28%
Nota índice final	Avalia a efetividade de gestão das UC a partir da inter-relação dos indicadores de impacto territorial : Contexto, Produtos e Serviços e Resultado; e de gestão : Planejamento, Insumos e Processos.	43,14% (modera da efetividade)

Fonte: SAMGE (2022). Disponível em: <<http://samge.icmbio.gov.br/Samge/1221/2021/Painel>>. Acesso em 30/04/2022.

Como detectado na análise do Quadro 1, os índices com valores mais baixos foram exatamente dois dos que impactam mais diretamente no fortalecimento da governança (Planejamento e Processos). Na leitura destes dados cabe a interpretação de que os insumos podem até existir, há disponibilidade moderada de recursos financeiros, humano, técnico e equipamentos, porém é deficiente o planejamento, justamente uma estrutura basilar que antecipa qualquer movimento de transformação ou mudança para melhor em um território (BUARQUE, 2002; MATUS, 1989; PUTNAM, 1996). E no item sobre processos percebe-se que, quando comparado aos níveis de enquadramento da nota índice verifica-se a proximidade ao nível de reduzida efetividade e, portanto, revela a fragilidade nas articulações institucionais que deveriam ocorrer para dar conta daquilo que propõe a criação da UC.

situação de dificuldade na gestão dos seus objetivos de conservação e apresentar um baixo desempenho de retorno da política pública para a sociedade; e **Não Efetividade** (abaixo de 20%), quando a unidade encontra-se em situação plenamente desfavorável ou omissa em relação a conservação dos objetivos que motivaram a sua criação.

No esforço de compreender melhor a problemática, e até conjecturar soluções, envolta das questões de criação da UC e o alcance da garantia da conservação da biodiversidade dos ecossistemas de manguezais, restingas, dunas, várzeas, campos alagados, rios, estuários e ilhas do asseguramento do uso sustentável dos recursos naturais e proteção dos meios de vida e da cultura das comunidades extrativistas da região, em pesquisa de campo, constatou-se nas falas dos interlocutores desafios, mas também, possibilidades que favorecem uma melhor estruturação e aplicação das estratégias de governança articuladas às territorialidades manifestas na RESEX-Mar. Isso de acordo com o **Quadro 2** abaixo.

Quadro 2 – Síntese das falas recorrentes nas entrevistas.

Pergunta	Síntese das perguntas chaves	Membros do CONDEL (4 entrevistados)	Público Geral (8 entrevistados)
1	Há melhorias no ambiente pós criação da RESEX-Mar?	"Há uma fiscalização maior, mas ainda falta chegar em mais pessoas das comunidades"	"Se houver ainda é imperceptível"
	Recorrência da argumentação	75% (3 pessoas)	62,5% (5 pessoas)
2	Observam-se ações de manutenção dos recursos de manguê e de pesca?	"Sim, mas ainda carecem de divulgação"	"Muito difícil"
	Recorrência da argumentação	75% (3 pessoas)	75% (6 pessoas)
3	Como se dá a interação do órgão gestor com a população local?	"Está sempre por aqui ministrando cursos e oficinas ou intervindo em algumas situações"	"Quase não os vejo"; "É só não pode!"
	Recorrência da argumentação	100%	100%
4	Como se dá a interação com outras instituições (públicas, privadas ou do 3º setor)?	Também têm participado com certa frequência: Fundo Casa, Navega Falcão, Rare Brasil, UFRA.	"Imperceptível"
	Recorrência da argumentação	50% (2 pessoas)	100%
5	Percebe-se o favorecimento ao desenvolvimento socioambiental aqui no município?	"Estamos no caminho; isso é um processo que exige tempo e disposição"	"A vida continua como sempre foi"; "Os moradores sabem da importância e alguns tentam preservar o manguê como fonte de recursos de sobrevivência"
	Recorrência da argumentação	100%	87,5% (7 pessoas)

Fonte: Pesquisa de Campo (2022).

No intuito de investigar como ocorre a articulação entre territorialidades e governanças na RESEX-Mar Mocapajuba com foco desenvolvimento socioambiental, a síntese das falas denota que há um afastamento entre os atuais mecanismos de gestão aplicados na UC e a reverberação destas ações no público mais interessado diretamente, que são os moradores localizados dentro e fora da Reserva. Identifica-se, por exemplo, que os sujeitos mais engajados ou de compreensão mais acurada sobre a importância de uma UC são os membros do CONDEL, ou os mesmos vinculados à Associação dos Usuários da Resex. Fora deste âmbito, de cunho mais institucional/formal, os sujeitos não estabelecem uma relação direta entre a constituição de uma RESEX-Mar e os benefícios para a reprodução da própria sobrevivência humana e dos recursos provenientes da natureza.

Algumas medidas que poderiam amenizar tal distanciamento seriam: ampliar a divulgação das ações realizadas por quem está à frente da gestão da RESEX-Mar ou pela ONG que executa alguma ação ou projetos ali; promover a realização de fóruns, seminários, ciclos de debate, entre outros, com o objetivo de esclarecer, a quem interessar, mas em especial, aos odivelenses, o real funcionamento de uma UC, as atribuições do CONDEL, da participação do ICMBIO neste processo e outras instituições públicas, das ONG envolvidas, dos usuários ou beneficiários e da própria população local externa às demarcações legais da RESEX-Mar; e, a partir de então, convergirem ações de monitoramento, fiscalização e resolução de problemas afins para que se garanta os objetivos de criação deste território.

Nesse contexto, como observado, há nuances de que o processo de governança é feito de “cima para baixo”: o órgão gestor da UC diz que vai executar determinada ação, convida os membros do CONDEL somente e assim faz conforme seus próprios discernimentos. Por outro lado, as ONGs que desenvolvem alguma ação ou projeto na UC, mesmo com bases epistemológicas e metodológicas mais horizontais ou democráticas, também não aparentam ter a devida visibilidade para potencializar o comprometimento da população local com a existência (e resistência) de uma RESEX-

Mar, de acordo com a recorrência das falas apontadas no Quadro Síntese. Isto se dá ao mesmo tempo em que as comunidades locais seguem seu fluxo material e imaterial de bem-estar conforme suas singularidades históricas, ancestrais, dadas pelas práticas da agricultura, pesca artesanal e mariscagem (tiração de caranguejo, siri, ostra, camarão, mexilhão, sururu e turu). Faz sentido, portanto, o que preconiza Alcântara e Sampaio (2017),

Os saberes ambientais contribuem para a manutenção da biodiversidade e derivam em grande parte do saber fazer que se perpetua no tempo, resultado das experimentações e observações individuais ou de grupos. Esse saber fazer, em sua maioria, é domínio dos mais velhos, presumindo-se a experiência acumulada no convívio e troca com o meio onde se vive (ALCANTARA; SAMPAIO, 2017, p. 239).

Com efeito, nas análises sobre as territorialidades os conflitos são inevitáveis (CANTO *et al.*, 2018). Desse modo, nos meandros das argumentações dos entrevistados ouviu-se relatos de cancelamento de festas com aparelhagem próximas a locais de alta reprodutividade de espécies raras de aves, criação de gado bubalino em área de mangue, agricultura dentro da área de mangue, pesca esportiva sem fiscalização, o uso do “fiapo”⁵ na captura do caranguejo uçá, desmatamento, entre outros. O próprio ICMBIO por meio do Painel de Gestão do SAMGE consegue mapear outros conflitos, tais como: extração ilegal de madeira nos manguezais e ilhas; expansão da indústria portuária que acarreta lançamento de combustível diretamente no rio; aumento da concorrência entre pesca tradicional e pesca industrial; usos de técnicas predatórias; expansão da indústria de beneficiamento; ausência de alternativas para regularização da catação do caranguejo realizada pelas famílias extrativistas tradicionais locais; expansão urbana irregulares. Em outras palavras, é mister frisar que acaso não haja uma articulação séria, potente e consolidada, entre tais expressões de territorialidade e modelos de governanças (no plural, porque a impressão que se tem é de que cada sujeito ou instituição atua conforme

⁵ Pedaco de saca de ráfia (cerca de 30cm), com as bordas bastante desfiadas, que é armado na saída da toca do caranguejo. Ao sair da toca suas patas se entrelaçam nos fios de ráfia e são depois facilmente capturados.

seus próprios interesses) com foco na resolução de problemas, o esgotamento dos recursos ambientais sairá da condição de ameaça para uma inimaginável realidade, na qual todos perdem.

Cabe salientar ainda que neste território é de relevância ímpar que os enraizamentos culturais (**Fotografias 1 e 2**) possam se tornar instrumento de maior efetividade na composição de um desenvolvimento socioambiental local. Isso desde a peculiaridade dada pela existência de comunidades locais que dependem diretamente dos recursos pesqueiros e de mangue (FERREIRA; SILVA; MARINHO, 2019; VALE; TAVARES; CARDOSO, 2021) até a devida importância auferida nas festas de boi de máscaras reproduzidas ali. Destarte, em investigações trabalhadas por Almeida e dos Santos (2012), Ferreira e Silva (2018), Pinheiro (2014) e Silva (2012), constatam-se elementos estratégicos para consolidar o desenvolvimento, principalmente a partir da valorização e fortalecimento de mecanismos de (re)produções simbólicas no espaço odivelense (gentílico nativo da área investigada).

Fotografia 1 – Elementos de configuração do território de pesca e de mangue na Resex-Mar Mocapajuba.



Fonte: Autor (2022).

Fotografia 2 – Elementos da cultura odivelense.

Fonte: Autor (2022).

Nessa perspectiva, acredita-se que os avanços na governança ambiental precisam ser cada vez mais incorporados aos processos que envolvem os tomadores de decisão e os não tomadores com o objetivo comum. E esse objetivo teria como fundamento a maior convergência de ideias no enfrentamento e combate às problemáticas enfrentadas no território, bem como uma definição clara de gestão com foco no desenvolvimento socioambiental, onde requisitos como a corresponsabilidade e a participação descentralizada sejam o motor do processo. Assim, viabilizando-se a articulação e integração em rede e a ênfase na importância de sujeitos cada vez mais engajados na gestão e na governança, possibilitaria um processo de tomada de decisão mais próximo da realidade dos envolvidos. Isso, valendo-se de todo arcabouço teórico e filosófico, mas também prático que o *Buen Vivir* amazônico, neste caso odivelense, possibilita.

Considerações finais

Em se tratando de articulação entre territorialidades e governanças em UC, neste artigo, conjecturou-se, de modo geral, obter referências quanto à efetividade das ações realizadas pelo processo de governança em voga a fim de garantir o desenvolvimento socioambiental do território estudado. Território, pois, a RESEX-Mar Mocapajuba é um espaço oriundo das relações de poder: de ordem política, econômica, cultural e ambiental.

Nesse sentido, conjuntamente à análise da(s) territorialidade(s) – termo grafado também no plural porque o território é um híbrido no qual as dimensões política, econômica, cultural e ambiental conflitam, mas, ora convergem – denota-se que há fragilidades no movimento de articulações institucionais que intentam garantir o proposto na criação da UC. A exemplo: o poder público, local ou mesmo federal, toma decisões muito distantes das realidades vividas localmente por não compreender e não considerar o funcionamento de uma territorialidade, principalmente se a expressão desta for de ordem cultural. Em outros termos, as tomadas de decisões ainda são balizadas por questões meramente econômicas. Não se compreende, portanto, que o território é um híbrido e que suas dimensões precisam ser diligentemente ponderadas.

Na dimensão política, apresentam-se as já salientadas fraquezas institucionais. Revelador disto é o atual índice de efetividade de gestão muito próximo de uma classificação com reduzida efetividade, seguindo os próprios critérios do ICMBIO. Além de aspectos técnicos quando das dificuldades para a realização de uma simples fiscalização na UC e a não dialogicidade com outras instituições que poderiam contribuir para um maior alcance dos objetivos previstos para uma UC.

Na dimensão econômica, há desequilíbrios ou incongruências, porque a competição mercadológica estabelecida entre o “tradicional” endógeno (pesca e mariscagem) e o “moderno” exógeno (a exemplo da festa de aparelhagem) acarreta uma condição territorial local extremamente prejudicial, pois, exaure os recursos naturais

e desarranja incoerentemente todo um contexto histórico e geográfico de sobrevivência, pondo em risco a própria existência humana.

Na dimensão cultural, mergulha-se numa espécie de valorização esporádica das expertises tradicionais locais, isto é, tal dimensão é trabalhada na RESEX-Mar Mocapajuba ainda enquanto meros simbolismos que podem agregar valor econômico e não são encaradas como fundamentos de fortalecimento das ações endógenas para melhor vivência local e interferência nas tomadas de decisão.

E diante de tais situações a dimensão ambiental sofre os impactos de uma governança frágil, principalmente no que se refere a escassez de recursos naturais.

Como proposição, os elementos de governança para a garantia do desenvolvimento socioambiental do território poderiam ser direcionados para práticas sinalizadas pelo *Buen Vivir* enquanto oportunidade para construir coletivamente uma nova forma de vida. Isso significa apostar em um futuro diferente, no qual, construir relações de produção, de intercâmbio e de cooperação que propiciem suficiência – mais que apenas eficiência – sustentada na solidariedade e reciprocidade são extremamente necessárias.

É importante, portanto, potencializar aquilo que a RESEX-Mar Mocapajuba apresenta como cultura não mercadológica e romper com visão de que o desenvolvimento deva ser sinônimo de enriquecimento financeiro. Para isso, os sujeitos das comunidades locais necessitam de uma correspondência das e nas instâncias de governança que garanta a eles qualidade de vida sem destruir seu amplo arcabouço empírico sobre o tempo e os direitos da natureza.

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Alexandre Leão Bordalo, e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Referências

- ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento**: saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2018.
- ALCANTARA, Liliane Cristine Schlemmer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 40, pp. 231-251, 2017. DOI 10.5380/dma.v40i0.48566
- ALMEIDA, Ivone Maria Xavier de Almeida; DOS SANTOS, Jorge Luiz Oliveira. É Dia de Folia: o folguedo do boi de máscara em São Caetano de Odivelas/PA. **Revista de Ciências Sociais**, v. 43, nº 2, pp. 117-136, 2012.
- ARAÚJO, Mônica de Nazaré Ferreira de. **Governança ambiental e turismo** – Análise dos parques nacionais: Amazônia, Chapada das Mesas (Brasil) e Tortuguero (Costa Rica). Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- BUARQUE, Sérgio. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- CÂMARA, João Batista Drummond. **Governabilidade, Governança Ambiental e Estado do Meio Ambiente no Distrito Federal**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2011.
- CANTO, Otávio do; VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário; VASCONCELLOS, Ana Maria de Albuquerque; NOVAES, Taiane; ABREU, Adriana; SOARES, Daniel A. Sombra. Conflitos Socioambientais e Gestão do Território em Unidades de Conservação na Zona Costeira do Estado do Pará-Amazônia-Brasil. In: SILVA, Christian Nunes da; NETO, Adolfo Costa Oliveira; FILHO, José Sobreiro. (orgs.). **Perspectivas e análises do espaço geográfico**: dinâmicas ambientais e uso dos recursos naturais. 1ª ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2018. p. 86-114.
- CASTRO, Fábio; HOGENBOOM, Bárbara; BAUD, Michiel. Governança ambiental na América latina: para uma agenda de pesquisa mais integrada. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 14, nº 2, pp. 1-13, 2011.

- CAVALCANTI, Clovis. **Bhutan's development conception: an uncommon application of the principles of ecological economics.** Disponível em: <<https://redcolca.org/pdf/Cavalcanti-BHUTANS-NDP-and-EE.pdf>>. Acesso em 07/04/2022.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Carl Sauer e a escola de Berkeley: uma apreciação. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (orgs.). **Matrizes da geografia cultural.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 9-33.
- DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito da natureza intocada.** São Paulo: HUCITEC, 1994.
- FERREIRA, Gracilene; SILVA, Christian Nunes da. Territorialidades e Conflitos pelo Direito ao Uso do Território: o caso de São Caetano de Odivelas. In: SILVA, Christian Nunes da; NETO, Adolfo; FILHO, José Sobreiro. (orgs.). **Perspectivas e análises do espaço geográfico: dinâmicas ambientais e uso dos recursos naturais.** 1ª ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2018. p. 203-233.
- FERREIRA, Gracilene; SILVA, Christian Nunes da; MARINHO, Vicka de Mazaré. Mapeamento participativo do território e territorialidades dos pescadores da vila de Cachoeira em São Caetano de Odivelas – PA. **Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, v. 1, nº 1, pp. 3-15, 2019. Disponível em: <<http://revistamares.com.br/index.php/files/issue/view/2>>. Acesso em 24/11/22.
- FUSCALDO, Bruna Muriel Huertas; URQUIDI, Vivian. O Buen Vivir e os saberes ancestrais frente ao neo-extratativismo do século XXI. **Revista Latinoamericana**, v. 14, nº 40, pp. 81-99, 2015.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.
- GUDYNAS, Eduardo. Buen Vivir: germinando alternativas al desarrollo. **América Latina en Movimiento**, nº 462, pp. 1-20, 2011.
- HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite.** Território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- HAESBAERT, Rogério. De espaço e território, estrutura e processo. **Economía, Sociedad y Territorio**, v. 13, nº 43, pp. 805-815, 2013.
- ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Manual de Aplicação do Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão.** Ministério do Meio Ambiente: Brasília, 2021.

- JACKSON, Tim. **Prosperity without growth?** The transition to a sustainable economy. London: Sustainable Development Commission, 2009.
- JACOBI, Pedro Roberto; GUNTHER, Wanda Maria; GIATTI, Leandro Luiz. Agenda 21 e governança. **Estudos Avançados**, v. 26, nº 74, pp. 231-241, 2012.
- LEFF, Enrique. **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Os argonautas do Pacífico ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MATUS, Carlos. **Adeus Senhor Presidente: planejamento, antiplanejamento e governo**. Recife: Editora Litteris, 1989.
- MENDONÇA, Francisco. Geografia Socioambiental. **Terra Livre**, nº 16, pp. 139-158, 2001.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. In: O trabalho do antropólogo. 2. ed. São Paulo: UNESP; Paralelo 15, 2000. p.17-36.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- PINHEIRO, Elisângela Sousa. **Sustentabilidade, Manguezais e Reserva Extrativista: instituições e atores sociais nos municípios de Curuçá e São Caetano de Odivelas**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- PIMENTEL, Márcia Aparecida da Silva. Comunidades tradicionais em reservas extrativistas marinhas no estado do Pará: Conflitos e resistências. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia política**, v. 1, nº 1, pp. 191-218, 2019.
- PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. São Paulo: FGV, 1996.
- RAFFESTEIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO, Milvio da Silva. **Governança para o Desenvolvimento Territorial: da concepção à ação – o caso do Programa Pará Rural**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2015.

- SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 28-56.
- SACK, Robert. **Human Territoriality: Its Theory and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- SANTOS, Fernando Junio da Costa; SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. Cultura, Territorialidade e Desenvolvimento Local: o caso da APA do rio Curiaú no Amapá. **Papers do NAEA**, nº 365, pp. 1-21, 2017.
- SILVA, Camila Broer Dieguez. **Gestão ambiental: uma análise das ações da colônia de pescadores z-04 enquanto ator social do processo de desenvolvimento local de São Caetano de Odivelas/PA**. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local). Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- SILVA PIMENTEL, Márcia Aparecida; RIBEIRO, Wagner Costa. Populações tradicionais e conflitos em áreas protegidas. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 20, nº 2, pp. 224-237, 2016.
- SILVA, Sabrina Soares da. Proposta de um modelo de análise do comprometimento com a sustentabilidade. **Ambiente e Sociedade**, v. 17, nº 3, pp. 35-54, 2014.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e territórios: Uma introdução à Ecologia Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019a.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O que é a Geografia Ambiental? **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 1, nº 1, pp. 14-37, 2019b. DOI: 10.48075/amb.v1i1.22684.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. A pandemia e a "ambientalização" da Geografia: Um desafio epistêmico-político. **Geografares**, v. 1, nº 31, pp. 65-85, 2020. DOI: 10.7147/geo.v1i3.131454.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de.; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (orgs.). **Geografia conceitos e temas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p.77-116.
- SUETERGARAY, Dirce Maria. **Meio, ambiente e geografia**. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2021.

SUETERGARAY, Dirce Maria. Espaço geográfico uno e múltiplo. IN: SUETERGARAY, Dirce Maria; VERDUM, Roberto. (orgs.). **Ambiente e lugar no urbano: a grande Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000. p. 17-30.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1992.

VALE, Líria Natasha Sena do.; TAVARES, Marcelo da Costa; CARDOSO, Denise Machado. M. Vídeo e discurso: conflito socioambiental da pesca esportiva na Resex Mocapajuba, em São Caetano de Odivelas (PA). In: CARVALHO, Luciana Gonçalves de; RAVENA-CAÑETE, Voyner. (orgs.). **Mares e marés: sustentabilidade, sociabilidade e conflitos socioambientais na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2021. p. 491-510.

VITTE, Antonio Carlos. Modernidade, território e sustentabilidade: refletindo sobre qualidade de vida. In: VITTE, Claudete de Castro; KEINERT, Tânia Margarete (orgs.). **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: Discussões teórico-metodológicas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 111-122.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 3.ed., 2005.

200

YUNITAWATI, Dinah; CLIFTON, Julian. Governance in the early stages of marine protected area development: A case study of Nusa Penida District Marine Conservation Area, Indonesia. **Marine Policy**, v. 127, e103653, 2021.

Fernando Júnio da Costa Santos é doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Pará e professor da rede pública municipal e estadual no Pará. **E-mail:** santos.fcosta@gmail.com

Artigo enviado em 13/09/2022 e aprovado em 06/12/2022.